



OS PARQUES URBANOS E LAGOS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA:

Uma análise sobre a utilização dos espaços públicos durante a Pandemia da Covid-19

Elis Veloso Portela de Araújo¹
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira²

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise da dinâmica socioespacial de Parques Urbanos e Lagos Municipais localizados em municípios da Região Metropolitana de Goiânia, durante a pandemia da Covid-19. A análise abarca 12 municípios e 17 empreendimentos públicos, dentre parques e lagos, tomando como critério a presença dos equipamentos nos respectivos municípios e níveis de visitação suficientes para a realização da investigação social. O recorte temporal da análise abarcou o período compreendido entre março de 2020 a julho de 2021. Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica, trabalho de campo e aplicação de Questionários semiestruturados, devidamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG. Os resultados demonstraram que os espaços analisados exercem um importante papel na promoção de bem-estar ao cidadão urbano, oferecendo aos usuários possibilidades de reaproximação com natureza, e de geração de benefícios relacionados à saúde física e mental da população. Ademais, constatou-se que os parques e lagos analisados na RMG exerceram um lugar de protagonismo no espaço urbano durante o período de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Áreas Verdes, Parques Urbanos, Lagos Municipais, Pandemia da Covid-19, Bem-estar.

RESUMEN

Este artículo analiza la dinámica socioespacial de los Parques Urbanos y Lagos Municipales ubicados en municipios de la Región Metropolitana de Goiânia, durante la pandemia Covid-19. El análisis abarca 12 municipios y 17 empresas públicas, entre parques y lagos, tomando como criterio la presencia de equipamiento en los respectivos municipios y niveles de visitación suficientes para realizar la investigación social. El marco temporal del análisis abarcó el período comprendido entre marzo de 2020 y julio de 2021. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la revisión de la literatura, el trabajo de campo y la aplicación de cuestionarios semiestruturados, debidamente aprobados por el Comité de Ética en Investigación de la UFG. Los resultados mostraron que los espacios analizados juegan un papel importante en la promoción del bienestar del ciudadano urbano, ofreciendo a los usuarios posibilidades de acercamiento con la naturaleza y generando beneficios relacionados con la salud física y mental de la población. Además, se encontró que los parques y lagos analizados en la RMG jugaron un papel protagónico en el espacio urbano durante el período de lucha contra la pandemia Covid-19.

Palabras clave: Áreas Verdes, Parques Urbanos, Lagos Municipales, Pandemia Covid-19, Bienestar.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG, elis@ufg.br;

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP, celenemonteiro05@gmail.com;



INTRODUÇÃO

O presente artigo corrobora com o estudo de Soares e Brasil (2021) que propõe que “o confinamento determinado pela pandemia poderá ter contribuído para uma maior propensão para uma maior utilização dos espaços de lazer verdes urbanos.” O estudo relaciona as demandas físicas, mentais e emocionais da população da Região metropolitana de Goiânia, intensificadas durante a pandemia da Covid-19, com a utilização de espaços públicos como Parques Urbanos e Lagos Municipais.

A pesquisa buscou analisar a dinâmica socioespacial vivenciada por Parques Urbanos e Lagos Municipais de municípios que compõe a Região Metropolitana de Goiânia, durante o período da pandemia da Covid-19. Para empreender a referida análise, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, trabalho de campo e aplicação de Questionários semiestruturados (devidamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG), no período compreendido entre os meses de março de 2020 a julho de 2021.

As entrevistas foram realizadas presencialmente com os usuários dos parques e lagos, com vistas a consultar a opinião de pessoas que optaram por fazer uso desses espaços durante a pandemia. Ressalta-se que as entrevistas seguiram todos os protocolos de biosegurança, como uso de máscara, distanciamento mínimo e utilização de álcool em gel. Os resultados apreendidos encontram-se expostos no relato apresentado após a discussão teórica.

Os Parques Urbanos na Região Metropolitana de Goiânia e a Pandemia da Covid-19

A Pandemia da Covid-19, causada pelo vírus denominado SARS-CoV-2, teve seu primeiro registro de contaminação na cidade chinesa de Wuhan, descoberto em 31 de dezembro de 2019, passando a se alastrar pelo território mundial, provocando milhões de casos de infecção pela doença, levando significativa parte da população contaminada a óbito.



A rápida disseminação do vírus em escala mundial pode ser justificada pelo alto nível de integração entre os espaços globalizados, onde se operam intensos fluxos aéreos, transportando diariamente milhares de pessoas aos quatro cantos do mundo.

O primeiro caso da doença no Brasil foi registrado em São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2020. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), ocasionando a publicação da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por parte do Ministério da Saúde do Brasil, que declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) no país.

Em 13 de março de 2020, o governo de Goiás, por meio do Decreto nº 9.633 (Revogado pelo Decreto nº 9.653, de 19-04-2020), declarou Situação de Emergência no estado pelo prazo de 180 dias, em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Na mesma data, a prefeitura de Goiânia publicou o decreto nº 736, também declarando Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispendo sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município. Em 23 de março de 2020, o município declarou Situação de Calamidade Pública, por meio do Decreto nº 799, seguido pelos demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

Devido à importância da situação, inúmeros atos normativos foram publicados pelos poderes competentes, adotando uma série de medidas, que dentre outros objetivos propostos, visavam manter o distanciamento social e diminuir a curva de contaminação pela doença. Nos primeiros dias, após a instituição de situação de calamidade pública, foi possível uma dinâmica socioespacial inédita na Região Metropolitana de Goiânia, em virtude da gravidade dos acontecimentos e das alterações no cotidiano impostas pela pandemia.

Em obediência às medidas de restrição implementadas, estabelecimentos comerciais que não se enquadravam na categoria de serviços essenciais tiveram que fechar suas portas, durante o período recomendado pelo governo e pelas respectivas prefeituras. Nesse período, a população, de maneira geral e à medida das possibilidades individuais, se resguardou dentro de casa. Portanto, grande parte do comércio em Goiânia e em outros municípios da RMG, permaneceu fechada ou funcionando em



horário reduzido durante meses. Assim, em virtude da adoção de protocolos de biossegurança, a população da cidade esteve privada de frequentar diversos espaços destinados à prestação de serviços, compras, convivência e lazer, como lojas, *shopping centers*, cinemas, bares, clubes recreativos, estádios de futebol e academias. Neste contexto, a presente investigação procurou desvendar o protagonismo assumido pelos parques urbanos e lagos municipais, como espaços de lazer, convivência e atividades físicas, durante o período de pandemia.

Mesmo com adoção de medidas restritivas (seguindo diferentes estratégias e proporções) ao longo de todo o território nacional, Silva *et al* (2020) afirmavam que o Brasil havia se tornado o epicentro da pandemia por Covid-19 após alguns meses da detecção do vírus na América Latina. Portanto, como evidenciado por diversos autores, além da rápida evolução do vírus pelo Brasil, não foram empreendidas medidas austeras o suficiente para frear o avanço da doença no território. Apesar de ter apresentado níveis mais baixos de contaminação pela Covid-19 no início da pandemia, o estado de Goiás demonstrou uma dinâmica significativamente crescente a partir do mês de maio de 2020, tendo alcançado patamares preocupantes, conforme representado no gráfico a seguir.

Figura 01 - Gráfico de evolução de casos de contaminação pela COVID-19 no estado de Goiás, de 12/03/2020 a 30/03/2021.



Fonte: Universidade Federal de Goiás (UFG) (2021).

Ressalta-se que no dia 20 de fevereiro de 2020, o Brasil registrou o número de 2 óbitos em todo território nacional. Em 12 de julho de 2021 o país computava a triste marca de 534.233 óbitos, com o crescimento de mais de 200 mil mortes em apenas 3 meses. O estado de Goiás seguiu a mesma tendência, evidenciando o aumento de



praticamente 8 mil mortes num período de apenas 3 meses, saltando de 11.815 mortes em 30 de março de 2021, para 19.764 óbitos, em 12 de julho de 2021.

Desta forma, o Brasil atravessou por uma calamitosa situação na saúde pública, tornando-se destaque entre os países com maiores taxas de morte pela doença, atingindo a lamentável marca de 4.249 óbitos em 24 horas no dia 08 de abril de 2021, praticamente 1 ano após o início da pandemia em território nacional.

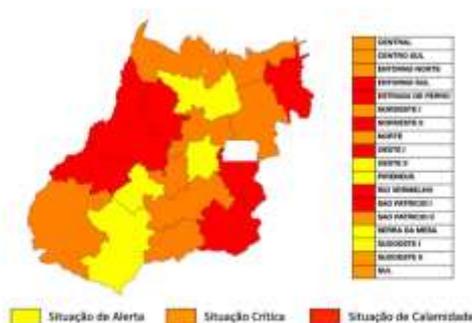
Os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia lideraram os índices de contaminação, sendo que a capital apresentou um número de mortes superior à soma dos óbitos apresentados pelos demais municípios que constituem a RMG. Evidencia-se também a grande participação da Região Metropolitana de Goiânia nos números de óbitos do estado de Goiás, considerando que dos 19.764 óbitos registrados no estado, 8.543 são da região metropolitana, número que representa 43,22% do total das mortes registradas em Goiás por Covid-19, em 12 de julho de 2021.

As Figuras 02 e 03 também evidenciam o aumento no número de casos de Covid-19 e a sobrecarga enfrentada pelo sistema de saúde do estado de Goiás.

O Mapa de Risco apresenta o resultado de um índice de risco para COVID-19, por região. O índice é calculado a partir de 06 indicadores, sendo 03 relacionados à situação do contágio pelo novo coronavírus e 03 relacionados à situação de sobrecarga do sistema de saúde (incluindo unidades públicas e privadas) (GOIÁS, 2021)

Os mapas a seguir demonstram o rápido avanço da doença entre o mês de fevereiro e abril de 2021, onde todas as regiões do estado atingem o patamar de situação de calamidade.

Figura 02 - Mapa de risco do estado de Goiás - Semana 1 (19/02/2021)



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás (SES-GO) (2021).



Diante das demandas trazidas pela pandemia, são necessários vários questionamentos em relação ao que está posto e àquilo que precisa se modificar. Nesse sentido, na ótica do planejamento urbano, é preciso se questionar: Qual o papel da cidade no combate à pandemia da Covid-19? De que maneira os espaços urbanos podem contribuir para amenizar essa realidade tão atroz vivenciada na pandemia? Em que medida os espaços públicos têm conseguido acolher a população de maneira democrática? Em tempos de pandemia, quais espaços da cidade têm proporcionado reais benefícios à vida da população?

De acordo com Ximenes *et al* (2020) a pandemia do coronavírus está alterando profundamente a dinâmica da vida urbana em todas as cidades. Essas alterações possuem relação direta com as demandas apresentadas pela sociedade. Primeiramente, destaca-se a demanda de distanciamento social, advinda da necessidade de se conter os casos de contaminação pela Covid-19. Paradoxalmente, percebem-se outras demandas como a necessidade de uma maior aproximação com a natureza e a necessidade de praticar atividades físicas.

O distanciamento social envolve medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas. Como as doenças transmitidas por gotículas respiratórias exigem certa proximidade física para ocorrer o contágio, o distanciamento social permite reduzir a transmissão. (AQUINO *et al*, 2020, p. 2425)

Silva *et al* (2020) sinalizavam que, enquanto não existisse vacina, o distanciamento social seria a melhor maneira de se atenuar a força dessa epidemia. De acordo com os autores, os países que optaram pela implementação rigorosa do distanciamento social, foram altamente eficazes contendo uma maior disseminação do vírus e evitando a saturação dos sistemas de saúde públicos e privados, conforme exemplos vivenciados em países da Ásia e da Europa.

“De repente, os espaços públicos, que estavam sendo apontados como um “remédio” para as doenças de estilo de vida passaram a configurar como lugares não recomendados.” (ROCHA, COSTA e COLCHETE FILHO, 2020, p.726)

Essa contradição exposta pelos autores remete aos estudos realizados ao longo do tempo que têm demonstrado que a prática de atividades físicas é um importante fator



na promoção de melhorias relacionadas à saúde dos indivíduos, alcançando benefícios significativos para a imunidade do organismo e ajudando a atenuar situações de comorbidades. Ao mesmo tempo refere-se às recomendações de não frequentar espaços públicos lotados durante a pandemia.

Sobre a importância do contato com a natureza, tem-se a seguinte explanação:

Cada vez mais são reconhecidos os efeitos benéficos que o contato com a natureza gera à saúde humana. Os efeitos positivos do contato com áreas verdes foram observados em relação à longevidade, doenças cardiovasculares, obesidade, saúde mental, qualidade do sono, recuperação de doenças e desfechos de natalidade. (AMATO-LOURENÇO *et al*, 2016, p.113)

Portanto percebe-se uma nítida confluência entre os benefícios propiciados pela prática de atividades físicas e pelo estabelecimento de contato com a natureza. Como ponto de interseção desses elementos na cidade estão localizados os parques urbanos e os lagos municipais.

Recorre-se também à Ximenes (2020), que defende que a conjuntura provocada pelo coronavírus é uma oportunidade de reorientar a vida urbana para a superação da carência de áreas verdes e de espaços públicos que afeta as grandes cidades. A autora enxerga nos espaços públicos, a exemplo dos parques urbanos, uma forma de compor a imagem da cidade e de possibilitar que a população se aproprie dela:

O espaço público molda a imagem da cidade e sua apropriação por parte da população, desde grandes parques urbanos a jardins de bairros, potencializando a necessidade de áreas verdes, e assumindo diferentes formas espaciais incluindo ruas, calçadas, caminhos, parques, becos; uma rede de espaços que fortalece as conexões entre pessoas e cria a vida urbana. (XIMENES *et al*, 2020, p.7)

Isto posto, reforça-se a necessidade de garantir a existência desses ambientes no território urbano, seja por meio da criação de novos espaços, seja pela conservação dos equipamentos já existentes, levando em consideração o atendimento das demandas da população de modo democrático, já que nem todos os habitantes da cidade dispõem das mesmas condições de acesso a determinados espaços.

“O atual cenário pandêmico demanda que os planejadores urbanos repensem as cidades priorizando não apenas os protocolos sanitários, mas considerando a



importância do espaço público como lugar do encontro, das trocas e da vida urbana.” (ROCHA, COSTA e COLCHETE FILHO, 2020, p.732)

Nesse sentido, compreende-se que a solução para que os parques urbanos e lagos municipais se constituam como equipamentos aliados da saúde pública em tempos de pandemia, não consiste em simplesmente proibir o acesso a esses espaços, mas sim em pensar em alternativas holísticas que apreendam a complexa realidade apresentada pelo espaço e pelos sujeitos urbanos.

Ademais, a atenção dispensada aos parques e lagos públicos está inserida num conjunto de medidas, propostas por Ximenes *et al* (2020), que almejam a reconfiguração das cidades durante e após a pandemia:

Os deslocamentos na cidade durante e pós-pandemia para o acesso aos espaços públicos, praças e parques deverá ser reconfigurado, e novas propostas deverão ser implantadas tais como, a abertura de ruas para os pedestres nos finais de semana e o incentivo à criação de ciclovias e novas rotas para os ciclistas de forma segura e inclusiva. Estas medidas já estão sendo implantadas em cidades nos países europeus, onde a caminhada e o uso de bicicletas, além de evitarem a aglomeração no transporte público, contribuíram com a saúde das pessoas, reduzindo as comorbidades mais agravantes do coronavírus – pressão alta, obesidade e diabetes, e melhorias na qualidade de vida e na qualidade do ar com a redução dos poluentes atmosféricos. (XIMENES et al, 2020, p.17)

Portanto, é preciso repensar os parques e lagos da RMG a partir de uma nova perspectiva, abarcando a necessidade de se garantir condições mais saudáveis e seguras a esses espaços, que possam ser efetivadas não somente em período de crise, mas que façam parte de uma política contínua que adote como princípios não apenas a criação de novos espaços, mas que preze pela qualidade desses espaços e pelo efetivo atendimento das demandas apresentadas pela sociedade em relação a esses equipamentos.

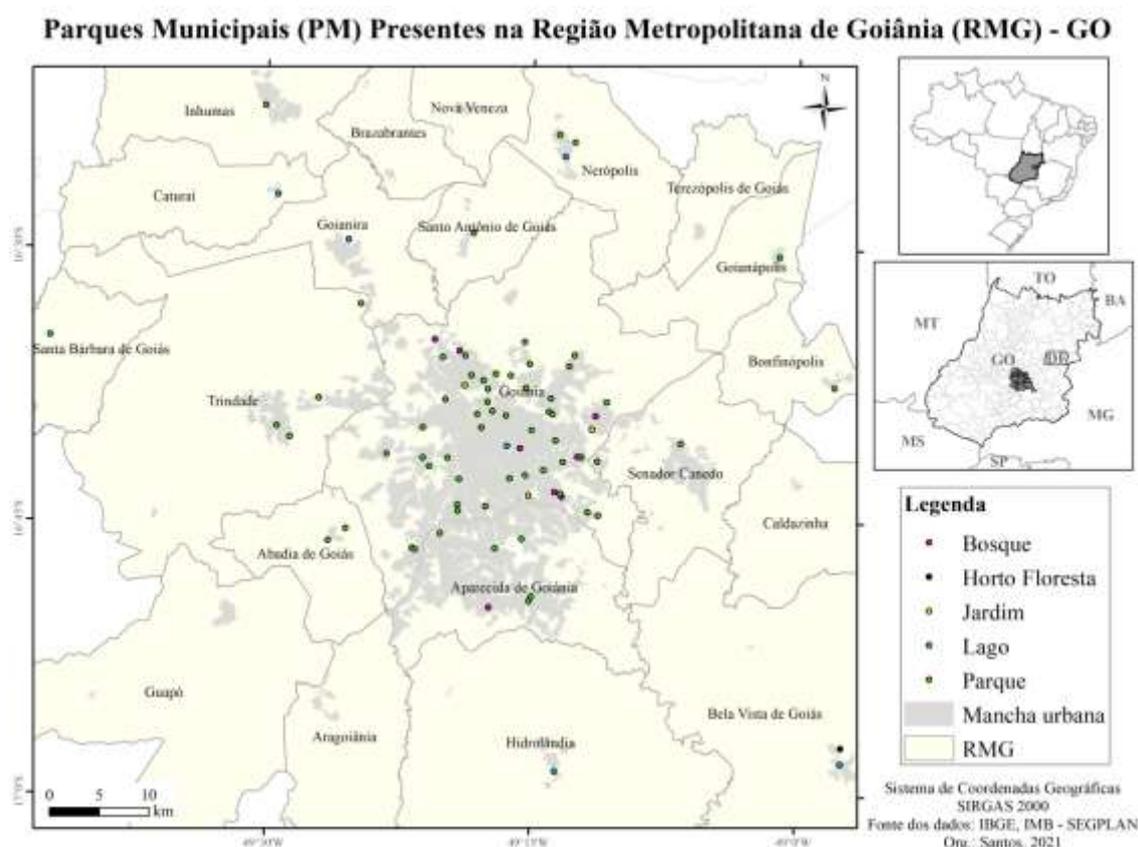
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os parágrafos a seguir expõem as apreensões obtidas por meio de realização de trabalhos de campo e aplicação de questionários semiestruturados nos municípios da RMG que possuem parques urbanos ou lagos municipais com níveis expressivos de visitação, sendo eles: Aparecida de Goiânia (Parque da Criança e Parque da Família), Bela Vista de Goiás (Parque Sussuapara), Bonfinópolis (Parque Ecológico de



Bonfinópolis), Goianópolis (Parque Municipal de Goianópolis), Goiânia (Parque Areião, Lago das Rosas, Parque Flamboyant, Parque Leolídio di Ramos Caiado, Parque Vaca Brava), Goianira (Lago Lalacci Umberto Donato), Inhumas (Parque Goiabeiras/Lago Luzio de Freitas), Nerópolis (Parque da Matinha), Santa Bárbara de Goiás (Lago Municipal de Santa Bárbara de Goiás), Santo Antônio de Goiás (Parque Jacarandá), Senador Canedo (Parque Boa Vista) e Trindade (Parque Lara Guimarães). Em síntese, foram abarcadas as médias resultantes de 12 municípios e de 17 espaços públicos onde foram realizadas as entrevistas com os usuários, computando o total de 170 indivíduos respondentes. A Figura 04 apresenta a configuração espacial apresentada pelos municípios da RMG e pelos empreendimentos pesquisados.

Figura 04 – Mapa dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia e seus respectivos Parques Urbanos e Lagos Municipais



Fonte: IBGE, IMB – SEGPLAN
Org.: Santos (2021)



As análises empreendidas buscaram compreender o modo como se deu a utilização desses espaços em período de pandemia e quais as ações foram realizadas pelos poderes públicos a fim de se preparar os espaços e a população para o uso de tais equipamentos em meio a uma crise sanitária.

O primeiro resultado indica a frequência de visitação dos Parques e Lagos municipais em período anterior à Pandemia da Covid-19. Dentre os 170 indivíduos entrevistados, 11 afirmaram frequentar esses espaços 1 vez ao mês; 22 pessoas relataram fazer uso dos equipamentos de 2 a 3 vezes por mês; 29 pessoas informaram que raramente frequentavam esses espaços; 36 pessoas relataram fazer uso dos parques e lagos de 1 a 3 vezes por semana; 14 pessoas afirmaram frequentar os espaços de 3 a 5 vezes por semana, ao passo que 36 pessoas relataram fazer uso dos espaços todos os dias da semana. 22 pessoas se abstiveram de responder a esta questão.

A Figura 05 demonstra graficamente a frequência de visitação dos espaços analisados na Região Metropolitana de Goiânia em período anterior à Pandemia da Covid-19.

Figura 05 – Frequência de visitação dos moradores da RMG aos Parques Urbanos e Lagos Municipais antes da Pandemia da Covid-19 (antes de março/2020).



Fonte: Araújo (2021).

Os achados revelam um intenso uso dos parques e lagos municipais em período anterior à pandemia, visto que a maioria dos frequentadores que responderam a esta questão indicaram utilizar estes espaços pelo menos uma vez por semana.

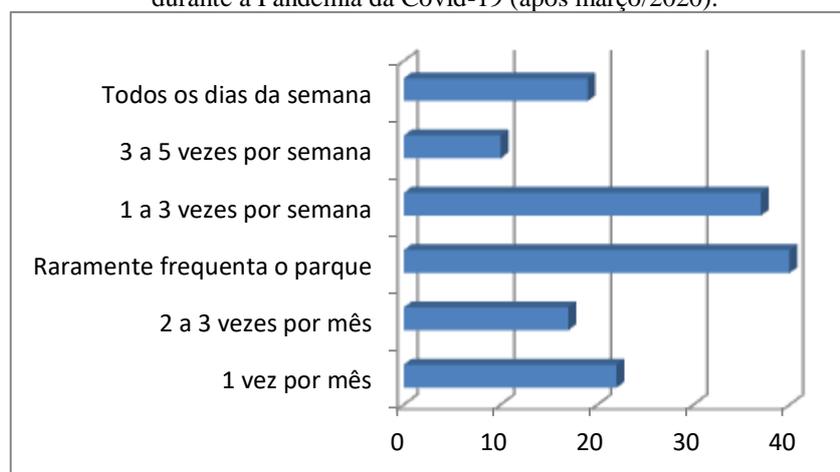
Ao se investigar a frequência dos usuários dos parques e lagos da municipais da RMG durante o período da Pandemia da Covid-19, foi possível obter os seguintes



apontamentos: 22 dos sujeitos entrevistados revelaram utilizar os espaços 1 vez ao mês; 17 pessoas afirmaram fazer uso de tais equipamentos de 2 a 3 vezes por mês; 40 indivíduos relataram que raramente tem frequentado esses espaços; 37 pessoas relataram fazer uso dos parques e lagos de 1 a 3 vezes por semana; 10 pessoas informaram frequentar esses ambientes de 3 a 5 vezes por semana, enquanto apenas 19 pessoas afirmaram visitar esses espaços diariamente. 25 pessoas se abstiveram de responder a esta questão.

A Figura 06 ilustra a frequência dos visitantes dos parques e lagos municipais dos municípios da RMG durante o período de Pandemia da Covid-19.

Figura 06 – Frequência de visitação dos moradores da RMG aos Parques Urbanos e Lagos Municipais durante a Pandemia da Covid-19 (após março/2020).



Fonte: Araújo (2021).

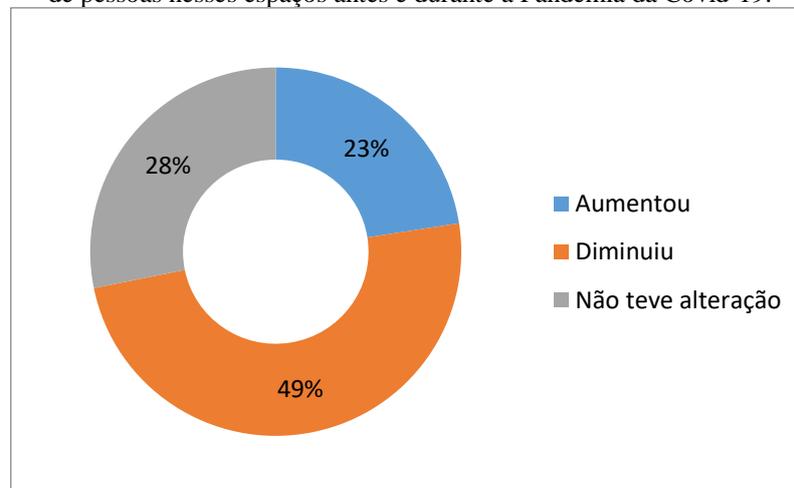
Tomando como base a frequência de visitas nos espaços analisados durante o período de pandemia e comparando os resultados obtidos com os achados da questão anterior, nota-se que houve uma diminuição no número de pessoas que relatam utilizar os parques e lagos com maior frequência (a partir de uma vez por semana), ao mesmo tempo em que percebe-se um aumento na quantidade de pessoas que alega fazer uso desses espaços com menor frequência.

No que diz respeito à percepção dos usuários dos espaços em relação ao movimento de pessoas nos parques e lagos da RMG, das 170 pessoas consultadas, 32 afirmaram ter percebido um aumento na quantidade de pessoas presentes nestes espaços, 70 pessoas relataram ter percebido uma diminuição no número de frequentadores de tais ambientes, ao passo que 40 pessoas relataram a percepção de que não houve alteração no movimento de pessoas nestes espaços, ao se comparar os



períodos anteriores e vigentes da pandemia. A Figura 06 retrata os resultados alcançados nesta questão:

Figura 07 - Percepção dos usuários dos Parques Urbanos e Lagos Municipais em relação ao movimento de pessoas nesses espaços antes e durante a Pandemia da Covid-19.

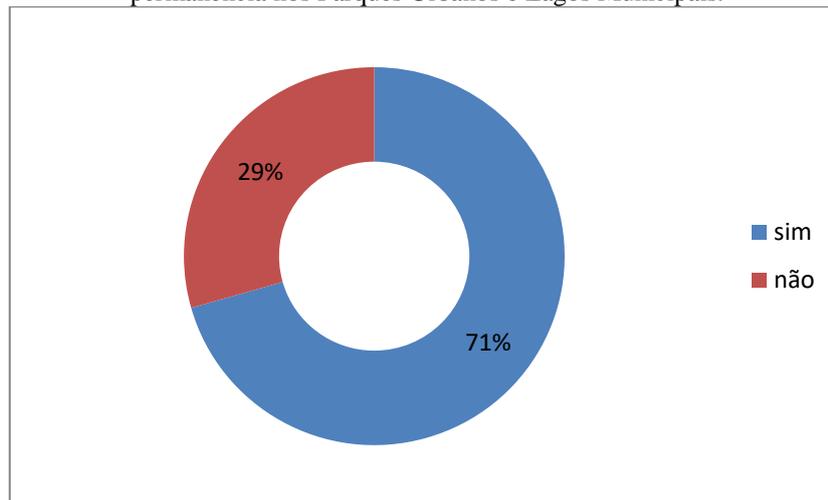


Fonte: Araújo (2021).

De acordo com o gráfico apresentado na Figura 07, a maior parte dos entrevistados relata a percepção de uma diminuição do número de frequentadores dos espaços analisados durante o período da pandemia.

No que tange à utilização de máscara de proteção nos parques e lagos analisados, do total de 170 pessoas consultadas, 120 afirmaram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência nos parques e lagos visitados, enquanto 50 pessoas relataram não fazer uso do equipamento individual de proteção durante a estadia nesses espaços públicos. A Figura 08 ilustra os resultados obtidos nesta questão.

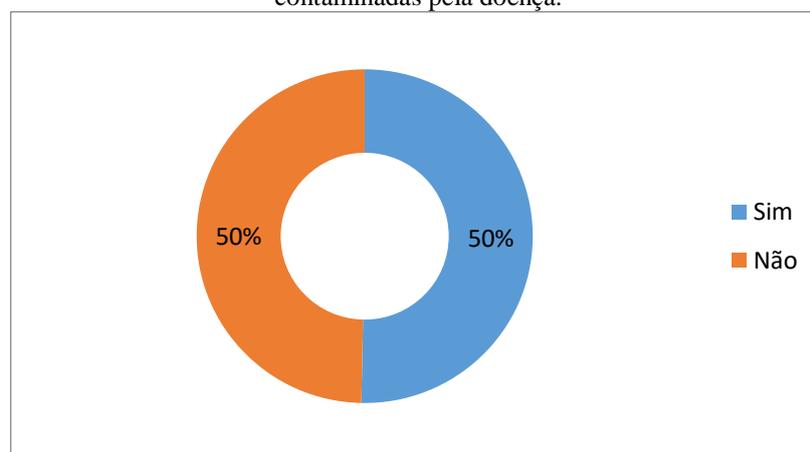
Figura 08 – Quantitativo de pessoas que relataram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência nos Parques Urbanos e Lagos Municipais.



Fonte: Araújo (2021).

Em relação aos níveis de contaminação pela Covid-19 ocorridos com os frequentadores dos espaços públicos ou com os seus familiares, 79 pessoas relataram já ter ocorrido casos de contaminação pelo novo coronavírus em sua família, ao passo que 78 pessoas alegaram a não ocorrência de contaminação em integrantes de sua família, conforme representação contida na Figura 09.

Figura 09 – Pessoas que já foram contaminadas pela Covid-19 ou já tiveram integrantes de sua família contaminadas pela doença.



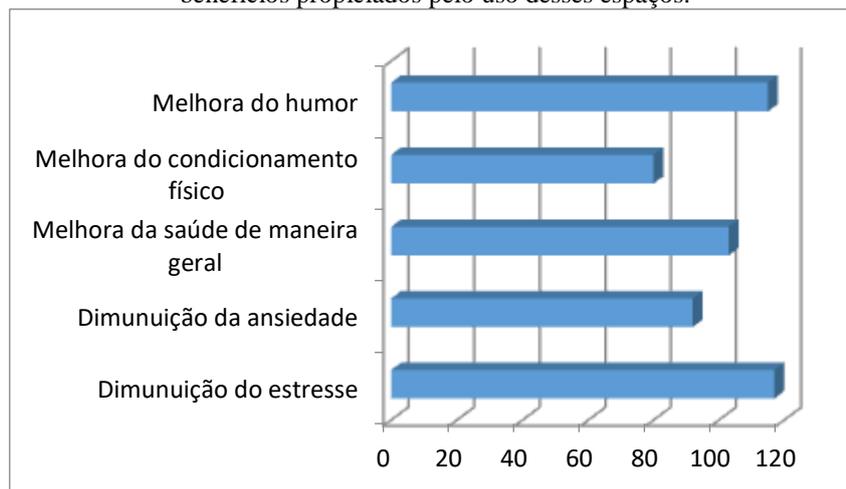
Fonte: Araújo (2021).

Diante de alternativas de possíveis benefícios propiciados aos frequentadores dos espaços em virtude da utilização dos mesmos, os resultados se apresentaram da seguinte maneira: 117 pessoas relataram acreditar que a utilização desses espaços é capaz de propiciar a diminuição dos níveis de estresse em seus usuários; 92 pessoas



consideram que o uso desses ambientes é capaz de promover a diminuição dos níveis de ansiedade de seus frequentadores; 103 pessoas relataram que o uso de parques e lagos pode auxiliar na melhoria da saúde de maneira geral; 80 pessoas consideram que tais equipamentos são eficazes na melhoria do condicionamento físico de seus usuários e 115 pessoas acreditam que os parques e lagos ajudam a melhorar o humor de seus frequentadores. Esses resultados encontram-se expostos graficamente na Figura 10.

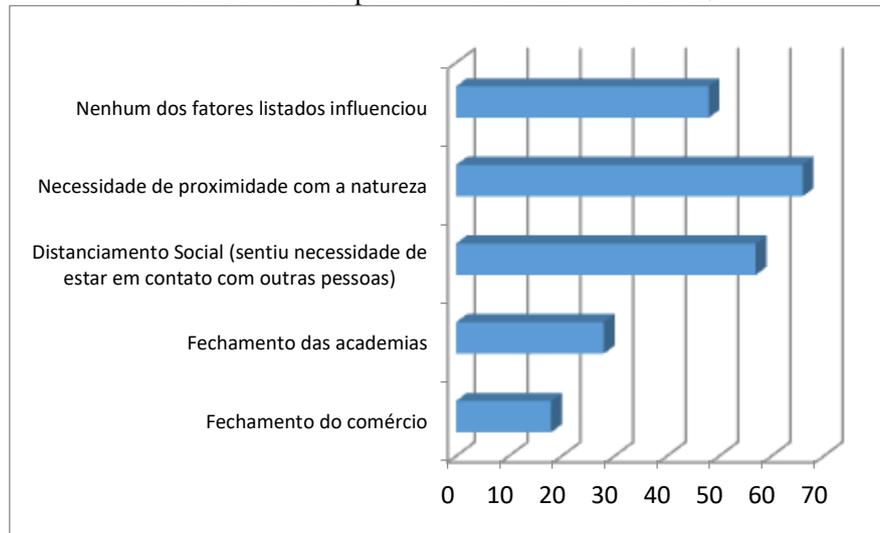
Figura 10 – Percepção dos usuários dos Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG em relação aos benefícios propiciados pelo uso desses espaços.



Fonte: Araújo (2021).

No que diz respeito aos fatores que influenciaram os usuários de parques e lagos a utilizar tais equipamentos durante o período de pandemia, 18 pessoas relataram terem sido influenciadas a utilizar os parques e lagos durante a pandemia por causa do “fechamento do comércio”; 28 pessoas alegaram procurar fazer uso deste espaços em virtude do “fechamento das academias”; 57 pessoas relataram terem sido influenciadas pelo “distanciamento social”; 66 pessoas afirmaram terem sido motivadas pela “necessidade de proximidade com a natureza” e 48 dos entrevistados relataram não terem sido influenciados por nenhum dos fatores citados, conforme exposição contida na Figura 11.

Figura 11 - Fatores que influenciaram a população a procurar os Parques Urbanos e Lagos Municipais da RMG durante o período de Pandemia da Covid-19.

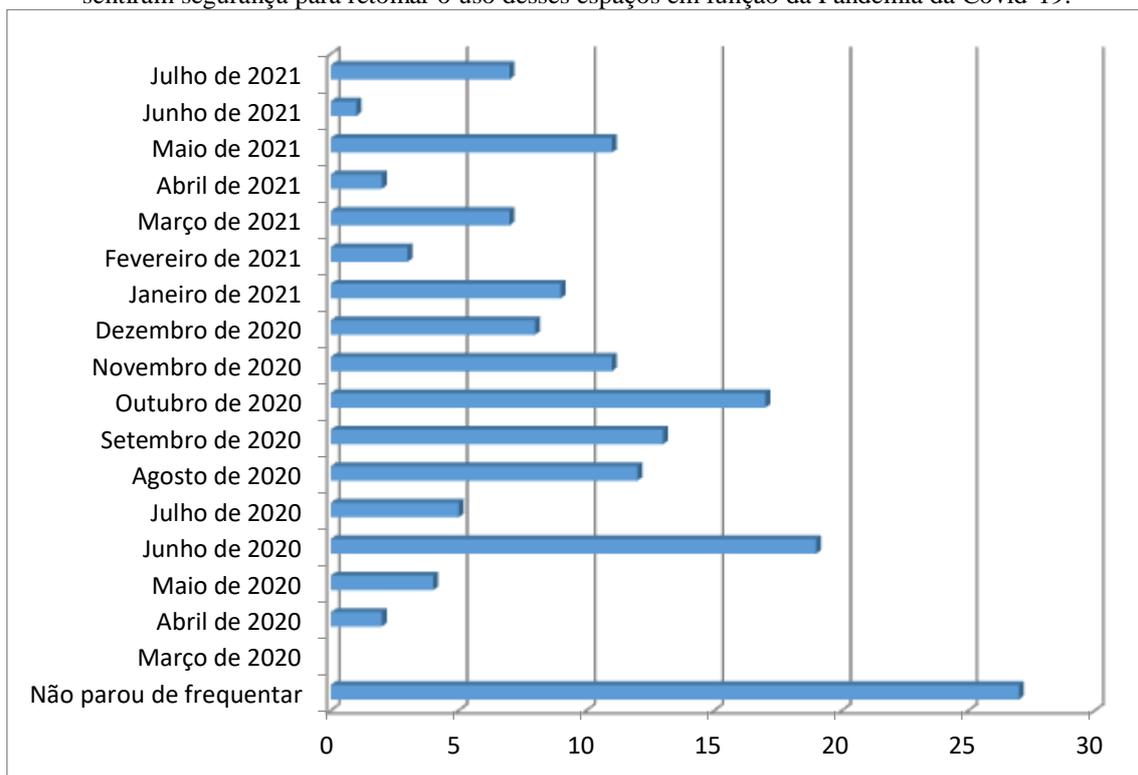


Fonte: A Autora (2021).

Durante a realização das entrevistas também foi perguntado aos usuários dos parques e lagos municipais a partir de qual mês eles sentiram segurança, em relação ao risco de contaminação pela Covid-19, para retomar suas atividades nestes espaços. De acordo com os relatos apresentados, 27 pessoas afirmaram que não pararam de frequentar os respectivos espaços em nenhum momento durante a pandemia; O relato de retorno dos demais usuários entrevistados aos parques e lagos foi expresso da seguinte maneira: Março de 2020 – nenhum; Abril de 2020 - 2 pessoas; Maio de 2020 - 4 pessoas; Junho de 2020 - 19 pessoas; Julho de 2020 - 5 pessoas; Agosto de 2020 - 12 pessoas; Setembro de 2020 - 13 pessoas; Outubro de 2020 – 17 pessoas; Novembro de 2020 – 11 pessoas; Dezembro de 2020 - 8 pessoas; Janeiro de 2021 - 9 pessoas; Fevereiro de 2021 – 3 pessoas; Março de 2021 – 7 pessoas; Abril de 2021 – 2 pessoas; Maio de 2021 – 11 pessoas; Junho de 2021 – 1 pessoa; Julho de 2021 – 7 pessoas. A Figura 12 ilustra graficamente os meses de retorno dos usuários dos parques e lagos municipais da RMG durante o período de pandemia.



Figura 12 – Meses em que os usuários dos Parques e Lagos Municipais dos municípios da RMG sentiram segurança para retomar o uso desses espaços em função da Pandemia da Covid-19.



Fonte: Araújo (2021).

Os resultados da pesquisa empreendida em campo nos parques e lagos municipais da RMG evidenciaram que tais ambientes constituem espaços públicos privilegiados na dinâmica urbana dos municípios investigados. Isto porque, mesmo em período de pandemia estes equipamentos têm sido procurados e utilizados com frequência pela população. Apesar do constante uso dos espaços, os relatos destacam uma diminuição no volume de pessoas nos parques e lagos durante o período de pandemia.

No que diz respeito às medidas preventivas contra a Covid-19 nos parques e lagos analisados, foi constatado um cenário preocupante, apesar de 71% das pessoas entrevistadas terem afirmado fazer da máscara de proteção durante a permanência nesses espaços. Embora estivessem ao ar livre, foram flagradas inúmeras situações de pessoas próximas umas das outras, compartilhando os mesmos equipamentos, sem adotar quaisquer medidas de segurança sanitária. O nível de pessoas infectadas pela Covid-19 também constituiu um dado alarmante da pesquisa, visto que 50% dos indivíduos entrevistados relataram a ocorrência de contaminação pelo novo coronavírus



em pelo menos um membro de sua família, ratificando os índices elevados de contágio divulgados pelas secretarias de saúde.

Os achados da pesquisa também revelaram que a maior parte dos usuários de parques e lagos públicos na RMG associam a utilização desses espaços à geração de benefícios para a sua saúde física e mental, atuando potencialmente na diminuição dos níveis de estresse e na melhora do humor da população. Assim, constatou-se a hipótese de que a utilização destes espaços, sobretudo em período de pandemia e adotadas as devidas medidas de prevenção contra o contágio do novo coronavírus, pode contribuir para atenuar problemas de ordem física e mental acentuados pela crise sanitária, como sedentarismo, obesidade, depressão, estresse e ansiedade.

A pesquisa demonstrou ainda que as medidas restritivas, em relação ao fechamento do comércio e academias, pouco ou nada influenciaram a relação da população com o uso dos parques e lagos municipais, ao passo que a necessidade de proximidade com a natureza e o distanciamento social foram fatores que incentivaram a população a fazer uso destes espaços em período de pandemia.

Destaca-se também como resultado da pesquisa que parte da população entrevistada não abandonou o hábito de frequentar os parques e lagos, mesmo em períodos mais severos da pandemia da Covid-19. A população apresentou um comportamento heterogêneo em relação ao retorno a esses espaços, sendo mais frequente o relato de retorno aos parques e lagos nos meses de junho e outubro de 2020.

A pesquisa realizada demonstrou que mesmo com a diminuição do volume de pessoas presentes nesses espaços em virtude da necessidade de distanciamento social imposta pela crise sanitária, o maior esvaziamento dos referidos espaços públicos foi observado durante os meses de março e abril de 2020, tendo sido reestabelecida gradativamente a dinâmica de visitação dos mesmos a partir do mês de maio de 2020.

As pesquisas de campo e entrevistas com os frequentadores dos Parques Urbanos demonstraram que esses equipamentos tornaram-se espaços protagonistas no tecido urbano, durante a Pandemia da Covid-19, reforçando a hipótese de que os parques têm servido à população da RMG como um meio de reaproximação com a natureza. As entrevistas revelaram ainda que 59% dos entrevistados nos parques urbanos consideram os parques “locais seguros, de difícil contaminação” pela Covid-19, 24% consideram os parques “locais seguros, de difícil contaminação” e 17% “não



possuem opinião formada a respeito”. Em relação às medidas de proteção, 75% dos entrevistados indicaram utilizar a máscara de proteção durante a permanência no parque, enquanto 25% afirmaram não fazer uso do equipamento. 48% dos entrevistados relataram casos de contaminação pela Covid-19 em pessoas da família e 52% afirmaram não ter havido casos de contaminação em nenhum de seus familiares.

Com base nas entrevistas realizadas, foi possível apreender alguns pontos comuns no que se refere ao uso dos parques urbanos e lagos municipais da Região Metropolitana de Goiânia. O primeiro a ser destacado é o fato de que 59% das 170 pessoas entrevistadas consideram o parque/lago utilizado um espaço seguro, de difícil contaminação, ao passo que 24% afirmaram considerar um espaço inseguro com alto risco de contaminação e 17% dos entrevistados relataram não possuir opinião formada a respeito. Os sujeitos que afirmaram considerar os parques e lagos ambientes seguros, justificaram sua opção em virtude dos equipamentos se constituírem espaços abertos, que possibilitam a ventilação e o distanciamento entre as pessoas. Os sujeitos que relataram considerar os parques e lagos ambientes inseguros na pandemia, informaram que seu julgamento está relacionado com a ocorrência de aglomerações existentes nos espaços e com o fato de nem todas as pessoas utilizarem máscara de proteção.

Do total de pessoas entrevistadas 71% afirmaram fazer uso da máscara de proteção durante a permanência no espaço, enquanto 29% das pessoas consultadas relataram não fazer uso do equipamento nesta ocasião. Na maior parte dos parques pesquisados notou-se que a maioria da população visitante realmente fazia uso da máscara de proteção facial (contra a covid-19), entretanto em todos os parques foi possível observar que diversas pessoas estavam caminhando sem máscara, e outras tantas pessoas estavam portando a máscara, porém sem utilizá-la da maneira adequada (abaixo do nariz ou no queixo). Aqueles sujeitos que relataram o não uso das máscara, afirmaram que não o fazem por sentirem-se desconfortáveis com o equipamento.

Em relação aos níveis de contaminação pela Covid-19, 50% das pessoas entrevistadas relataram ainda não ter ocorrido ainda casos de contaminação pela doença em pessoas de sua família, enquanto os outros 50% relataram a ocorrência de pelo menos uma contaminação familiar.

Em relação aos fatores que mais influenciaram a população da Região Metropolitana de Goiânia fazer uso dos parques urbanos durante o período de



pandemia, dentre os fatores elencados, os mais apontados pela população foram a “necessidade de proximidade com a natureza” (66 registros) e o “distanciamento social” (57 registros). Estes resultados reforçam a ideia de que a natureza exerce um importante papel na promoção de bem-estar ao cidadão urbano, de forma que os parques urbanos oferecem à população essa reconexão com natureza, perdida por diversas vezes, nas formas cada vez mais pavimentadas e edificadas do espaço urbano. Ademais, retoma-se a compreensão do indivíduo enquanto sujeito social, adaptado à vida em comunidade, que encontra no parque urbano/lago municipal, diferentes possibilidades de conviver, contemplar e participar da vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações realizadas, notou-se que a supervalorização (em aspectos de localização, conservação, estética, infraestrutura) de alguns parques contribui para que a maior parte da população opte por utilizar esses espaços em seu cotidiano. Desta forma, a pandemia apenas reforça a centralidade ocupada por esses equipamentos, evidenciando a desigual valorização espacial dos parques urbanos e lagos municipais ao longo das cidades investigadas.

Ademais, é necessário recapitular a importância de outros espaços públicos da cidade, a exemplo de ruas e praças, que juntamente com os parques urbanos e lagos municipais, podem ser concebidos como espaços potenciais de convivência, de lazer, atividades físicas e de outras funções que podem ser desempenhadas pela cidade. Repensar a cidade, considerando a integralidade do seu território e a interconexão dos espaços públicos, pode contribuir para diluir o movimento de pessoas, atualmente superconcentradas em poucos espaços da cidade, em especial os parques urbanos.

Finalmente, é imprescindível que os poderes públicos competentes se mantenham vigilantes quanto à saúde da população, devendo adotar medidas efetivas de orientação e de reconfiguração das cidades e dos espaços públicos, com destaque para os parques urbanos e lagos municipais, que em tempos de pandemia tem se constituído enquanto espaços essenciais de contato com a natureza e de práticas que amenizem os problemas provocados pelo distanciamento social.



REFERÊNCIAS

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando *et al.* Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**. 2016, v. 30, n. 86, pp. 113-130. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/79qP5WjNmMPYKCCQK3G78LD/?lang=pt#>. Acesso em: 13 mar. 2020.

AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, suppl 1, pp. 2423-2446, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BARGOS, Danúbia Caporusso. MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas Verdes Urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v.6, n.3, p.172-188, 2011. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/artigos/areas%20verdes%20urbanas%20Danubia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2020.v29n4/e2020427#>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FARIA, José Carlos de. Coronavírus: MP recomenda demarcação de espaços em parques de Goiânia para manter distanciamento. MP-GO, Goiânia, 18 mai. 2020. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/coronavirus-mp-recomenda-demarcacao-de-espacos-em-parques-de-goiania-para-manter-distanciamento>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FERREIRA, Maycon Junior et al. Vida Fisicamente Ativa como Medida de Enfrentamento ao COVID-19. **ABC Cardiol: Journal of Brazilian Society of Cardiology**, Rio de Janeiro, v.114, n.4, p. 601-612, 2020. Disponível em: <http://abccardiol.org/sobre-a-revista/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOIÁS. **Decreto Nº 9.633, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). Goiânia, GO: Casa Civil. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103128/decreto-9653. Acesso em: 23 jun. 2021.

GOIÁS. **Decreto Nº 9.653, de 19 de abril de 2020**. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Goiânia, GO: Casa Civil. Disponível em:



https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103128/decreto-9653. Acesso em: 17 jun. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Saúde. **Mapa de Risco Semanal**. Website. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/coronavirus/mapaderisco/780-boletins/12517-mapa-de-risco-semanal>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ROCHA, Josielle Cíntia de Souza. COSTA, Fernando Araújo. COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, Tupã, v.9, n.69, p.89-99, 2021. DOI: 10.17271/23188472. Disponível em: https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/articloe/view/2803/2620. Acesso: 30 mai. 2021.

SHINATO, Douglas. **Vaca Brava, no Setor Bueno, nesta tarde de domingo**. Jornal O Popular. Goiânia, 5 jul. 2020. 1 fotografia color. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/parques-de-go%C3%A2nia- ficam-cheios-mesmo-com-decreto-devido-ao-coronav%C3%ADrus-1.2080316>. Acesso em 18 jul. 2020.

_____. **Flamboyant reuniu visitantes nesta tarde**. Jornal O Popular. Goiânia, 5 jul. 2020. 1 fotografia color. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/parques-de-go%C3%A2nia- ficam-cheios-mesmo-com-decreto-devido-ao-coronav%C3%ADrus-1.2080316>. Acesso em 18 jul. 20

SILVA, Carlos Eduardo Menezes da. *et al.* Influência das condições de bem-estar domiciliar na prática do isolamento social durante a Pandemia da Covid-19. **Revista de Saúde e Ciências Biológicas**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p.1-7, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3410.p1-7.2020>. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3410/1179>. Acesso em: 27 jun. 2021.

XIMENES, D. S. S.; DA SILVA, G. M. N.; MAGLIO, I. C.; CHIQUETTO, J. B.; AMATO-LOURENÇO, L. F.; VASCONCELLOS, M. da P.; JACOBI, P. R.; COUTINHO, S. M. V.; CÉSAR, V. A. B. S. S. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista LABVERDE**, v. 10, n. 1, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.172291. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/172291>. Acesso em: 8 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Monitoramento de novos casos confirmados de COVID-19 – ESTADO DO GOIÁS**. Ribeirão Preto, 2021. Website. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/go-br/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Nota Técnica 5 - Avaliação do Impacto de Medidas de Distanciamento Social na Epidemia de COVID-19 em Goiás até 02/06/2020**. Disponível em: <http://covid.bio.br/>. Acesso em: 18 jun. 2021.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

Associação Geográfica

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Informações sobre o Covid-19**. Goiânia, 2021. Website. Disponível em: <https://covidgoias.ufg.br/#/map>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p. 177-193, dez. 2013. DOI: [doi:http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747](http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747). ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>. Acesso em: 07 mar. 2020.